

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 764 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1998

## Plenário discute, em segundo turno, redução de gastos municipais

O Senado promove hoje o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional (PEC) que limita os gastos com as câmaras de vereadores. A matéria já foi aprovada em primeiro turno e sua votação em segundo tur-

no pode ocorrer amanhã.

Outra matéria incluída na pauta da sessão deliberativa de hoje é o projeto de resolução que autoriza o estado do Maranhão a contratar operação de abertura de crédito no valor de US\$ 275 milhões.

PÁGINA 3



ACORDO COM O FMI — Em discurso no plenário, o senador Josaphat Marinho questionou o fato de o Senado não ter sido ouvido para autorizar a operação de crédito no valor de US\$ 41 bilhões que o Brasil conseguiu junto ao FMI.

PÁGINA 8



Depois do discurso no plenário, Requião (E) conversa com Elcio Alvares

## Requião e Elcio debatem denúncia contra presidente

O senador Roberto Requião quer que o presidente da República, em comum acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil, escolha um advogado de reconhecida idoneidade para verificar nas Ilhas Cayman a veracidade ou não das denúncias contra membros do governo. O senador apoiou sugestão nesse sentido feita pelo jornalista Janio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*.

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares, observou que as investigações estão sob responsabilidade da Polícia Federal e do Ministério Público. Elcio pediu a Requião que confie no Ministério Público, “que tem a responsabilidade absoluta de investigar o caso”, e afirmou que Fernando Henrique Cardoso merece o respeito do país e principalmente do Congresso.

PÁGINA 7

## Cabral vê soberania ameaçada por cortes no Calha Norte

PÁGINA 8

## CAE analisa operações de ajuste fiscal dos estados

Comissão reúne-se hoje com dez itens na pauta, entre os quais se inclui projeto que amplia os benefícios da merenda escolar

Dez itens, entre os quais três pedidos de operação de crédito incluídos no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, compõem a pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, a partir das 10h. Duas operações de crédito foram solicitadas pelo estado do Pará e totalizam R\$ 371,9 milhões. A terceira operação, no valor de R\$ 311,9 mi-

lhões, destina-se ao saneamento de instituições financeiras de Santa Catarina. Uma parte do dinheiro previsto na operação em benefício do Pará – R\$ 97,5 milhões – será usada no saneamento do banco estadual, o Banpará.

Entre as propostas em exame pela comissão está o projeto de lei que dispõe sobre as prestações devidas pela Previdência

Social a ex-combatentes. Outra matéria em pauta, com parecer favorável do relator, senador Sérgio Machado, amplia os benefícios da merenda escolar e institui o Programa Nacional de Apoio à Infância. Consta ainda da pauta requerimento do senador Eduardo Suplicy que solicita ao Banco Central a posição do endividamento da prefeitura de Guarulhos (SP).

PÁGINA 4

### ORÇAMENTO MOBILIZA O SENADO

1

#### Comissões definem suas emendas

Infra-Estrutura e Assuntos Sociais discutem hoje suas prioridades no Orçamento

PÁGINA 5

2

#### Compare Orçamentos de 98 e 99

PÁGINA 4

3

#### Ministro esclarece mudanças

Alterações na proposta original são tema de audiência de Paulo Paiva na Comissão de Orçamento

PÁGINA 5



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 11h - Recebe a professora Renée Albagli Nogueira, reitora da Universidade Estadual de Santa Cruz
- ▶ 15h30 - Presidência sessão deliberativa do Senado

## PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 15/98, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal); \*Projeto de Resolução nº 100/98, que autoriza o estado do Maranhão a contratar operação de abertura de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações celebrado entre o estado do Maranhão e a União, com a intervenção do Banco do Estado do Maranhão S.A. e do Banco Central do Brasil, celebrado em 30.06.98, no valor de US\$ 275 milhões; e \*Requerimento nº 349/98, do senador Pedro Simon, solicitando a inclusão em ata de um voto de louvor ao cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, por ocasião de sua aposentadoria e substituição à frente da Arquidiocese de São Paulo

## COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 76/95, altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698/71, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social; \*Ofício "S" nº 67/98, que encaminha ao Senado Federal o parecer Dedip/Diaries-98/647, de 1998, a respeito da solicitação do estado do Pará, referente ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, firmado entre o estado do Pará e a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 274,4 milhões, correspondente ao somatório dos saldos devedores dos empréstimos e financiamentos contratados junto à CEF. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*
- ▶ 10h - Comissão de Infra-Estrutura  
Pauta: Discussão das emendas coletivas da comissão ao Orçamento da União para o ano de 1999. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 13*
- ▶ 14h30 - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC nº 12/97, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; \*PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; \*PLS nº 147/96, que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo e altera a Lei nº 8.436/92; \*PDL nº 38/98, que renova a concessão da Rádio Cultura (São Vicente - SP); \*PDL nº 36/98, que renova a permissão da Rádio Cidade Estéreo Show (São José do Rio Preto - SP); \*Projeto de Resolução nº 25/98, que institui o diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; e \*PDL nº 66/98, que renova a concessão da Rádio Mirador Ltda. (Rio do Sul - SC). *Ala Senador Alexandre Costa, sala 15*
- ▶ 14h30 - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Audiência pública com a presença do ministro do Planejamento e Orçamento, Paulo Paiva, para esclarecimentos acerca da proposta orçamentária para o ano de 1999. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*
- ▶ 17h - Comissão Especial destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no país. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 13*
- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Reunião extraordinária para apresentação e deliberação das emendas da comissão ao Orçamento da União para 1999. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 9*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se mensagens submetendo os nomes de Sebastião do Rego Barros Neto (embaixador na Argentina), Sérgio de Queiroz Duarte (embaixador na Áustria e, cumulativamente, na Eslovênia); Affonso Celso de Ouro-Preto (embaixador na China e, cumulativamente, na Mongólia); \*PDL nº 5, que aprova o texto do tratado de extradição celebrado entre Brasil e Coreia; \*PDL nº 21, que aprova o texto da convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo configurados em delitos contra as pessoas e a extorsão conexa, quando tiverem eles transcendência internacional; \*PDL nº 14, que aprova o texto do protocolo de integração cultural do Mercosul; e \*PDL nº 19, que aprova o texto da convenção da Unidroit sobre bens culturais furtados ou ilícitamente exportados. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 7*

# Senado recebe prêmio por participação em feira do livro

O "Destaque em Criatividade" do evento, realizado em Porto Alegre, foi concedido à instituição pelo jornal *Correio do Povo*

Em solenidade realizada no último sábado, durante almoço no Clube do Comércio, em Porto Alegre, o Senado Federal recebeu o "Destaque em Criatividade" por sua participação na 44ª Feira do Livro da capital gaúcha. Na presença de autoridades, editores, livreiros e convidados, o troféu correspondente ao prêmio foi entregue pelo diretor do jornal *Correio do Povo*, Carlos Bastos Ribeiro, à diretora da Secretaria de Informação e Documentação do Senado, Maria Helena Ruy Ferreira.

O prêmio "Destaque em Criatividade", promovido pelo *Correio do Povo* e Câmara Rio-Grandense do Livro e patrocinado pela Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), foi atribuído nas áreas editorial, de *marketing*, exposição e *design*, criatividade, participação internacional, expositor infantil, personalidade da feira e melhor sessão de autógrafos. Para

concedê-lo, uma comissão julgadora formada por representantes das entidades promotoras e da Associação Gaúcha de Escritores avaliou o desempenho dos 152 expositores da feira do livro nos diversos itens.

Conforme o regulamento da premiação, o "Destaque em Criatividade" é concedido por votação da comissão julgadora, sendo escolhido "o expositor que apresentar as soluções mais inovadoras e criativas, obtendo destaque no conjunto da feira". Durante a cerimônia de premiação, a comissão julgadora observou que o Senado apresentou "informações de suas atividades institucionais que despertaram permanente interesse nos visitantes", além de "cooperar sobremaneira para o sucesso do evento". E completou: "O reconhecimento dessa participação veio através de questionário distribuído aos visitantes, em que o público solicitou a volta

do Senado, como expositor, na próxima edição".

A solenidade de entrega dos destaques foi transmitida ao vivo pela Rádio Guaíba para todo o Rio Grande do Sul, e a TV Guaíba apresentou uma gravação do evento.

A 44ª Feira do Livro encerrou-se no domingo como a maior e de melhor organização já realizada em Porto Alegre, com venda recorde e público calculado em cerca de 1,5 milhão de pessoas nos 17 dias de atividades. O estande do Senado, instalado pela primeira vez na Feira de Porto Alegre, obteve, além do "Destaque em Criatividade", excelente presença de visitantes, em especial nas sessões de autógrafos dos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PDT-RS). O total de obras vendidas no estande superou o alcançado nas demais feiras em que o Senado esteve presente neste ano.

## Antonio Carlos abre oficialmente hoje I Seminário de Comunicação Legislativa

Teve início ontem o I Seminário de Comunicação Legislativa, com a presença de mais de 300 profissionais de comunicação social de parlamentos de todo o país. O evento, promovido pela Coordenação de Relações Públicas do Senado, se realiza até quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella. A ideia do encontro é trocar informações a respeito da divulgação nos vários níveis do Poder Legislativo, com a apresentação das experiências realizadas no Senado Federal, assembleias estaduais e câmaras municipais.

Neste primeiro dia de seminário, os participantes puderam conhecer as instalações do Senado.



ACM participa de encontro destinado a permitir troca de informações entre Senado, assembleias e câmaras

Logo após, foram exibidos dois vídeos institucionais: um, sobre a história do Senado, e outro, apre-

sentando a estrutura de comunicação social da Casa, seus veículos e os serviços prestados à sociedade.

Nesta terça, às 9 horas, acontece a abertura oficial do seminário, com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Em seguida, a professora Heloiza Matos, da USP, profere a conferência "Comunicação Pública - Democracia e Cidadania" e o jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social, fala sobre as experiências de comunicação implantadas no Senado.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário discute emenda que reduz despesas

Limitar os gastos das câmaras de vereadores é o principal objetivo da proposta, apresentada por Esperidião Amin e já aprovada em primeiro turno. Senadores também examinam hoje pedido de crédito feito pelo Maranhão

O plenário do Senado tem nesta terça-feira o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que limita os gastos com as câmaras de vereadores.

A proposta, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatado pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM). A matéria já foi aprovada em primeiro turno. Sua votação em segundo turno já pode ocorrer amanhã.

Outra matéria incluída na pauta da sessão deliberativa de hoje é o projeto de resolução que autoriza o estado do Maranhão a contratar operação de abertura de crédito no valor de US\$ 275 milhões. O projeto foi apresentado como conclusão de um parecer da Comissão de As-



O plenário também deve apreciar hoje requerimento pela inclusão de voto de louvor em homenagem ao cardeal Arns

suntos Econômicos (CAE), a partir de relatório do senador Gerson Camata (PMDB-ES). O projeto tramita em regime de urgência e sua discussão será

feita em turno único, podendo ir a votação na mesma sessão.

O terceiro item da pauta é um requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele pede,

nos termos regimentais, a inclusão em ata de um voto de louvor ao cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que deixa a Arquidiocese de São Paulo por

ter atingido o limite de idade imposto pelo Vaticano. O parecer, do senador Romeu Tuma (PFL-SP), é favorável. A votação é em turno único.

## Miranda quer apuração de fraudes no setor bancário

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) manifestou preocupação com matéria publicada na revista *IstoÉ* denunciando ilegalidade no uso de dinheiro público no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), administrado pelo Banco Central. De acordo com a revista, o Proer so-

bos de bancos privados" e estão pedindo a demissão de dois ministros e a punição de todos os diretores do Banco Central.

Para Gilberto Miranda, bancos com problemas estruturais de funcionamento, montados e operados em bases econômico-financeiras deficientes, não suportam a "hora da verdade, a prova dos nove, o crivo contábil mais forte, a auditoria profunda e efetiva, a concorrência de outros bancos nacionais e estrangeiros". O senador disse que a situação deficitária dessas instituições vem de muitos anos e por ações fraudulentas, desvios de conduta de administradores e outras formas de perversão administrativa.

— Não há como negar essa grave situação. Não a banqueiros falidos e banqueiros desonestos, pois o preço da incompetência e da fraude deveria ser a punição e a falência, e nunca o aporte de imensos recursos públicos.

Miranda defendeu o estrito cumprimento da lei, a apuração efetiva das fraudes, dos desvios de comportamento e das quebras de normas e regulamentos do sistema financeiro e a punição exemplar dos culpados.



Miranda é contra uso de verbas públicas em favor de "banqueiros desonestos"

correu oito bancos e cobriu prejuízos superiores a R\$ 20 bilhões. Segundo o senador, a *IstoÉ* tem documentos comprovando que o calote no BC, dos bancos beneficiados com o Proer, já superou R\$ 10 bilhões.

Miranda observou ainda que, segundo a revista, procuradores da República estão investigando ilegalidade na operação de "tapar rom-

## Amorim denuncia "estado de indigência" na agricultura

Ao pregar a urgência de um novo e vigoroso surto exportador, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ontem que o governo se preocupe seriamente em erradicar a aftosa, a brucelose e outras pragas e endemias consideradas de alto risco. Ele considera importante o país livrar-se desses problemas, no entendimento de que essa é a principal arma para derrubar as restrições impostas pela Comunidade Europeia aos produtos agropecuários brasileiros.

"É vergonhoso para nós, brasileiros, em particular para mim, que sou agricultor, ver o meu país importar arroz, feijão e milho", disse o parlamentar. Ele defendeu mais financiamento para produção e exportação, certo de que assim o Brasil conseguirá, nos próximos anos, maior crescimento econômico, com melhoria do nível de emprego e da renda nacional.

Segundo o parlamentar, os últimos acontecimentos, como a quebra da Rússia e dos tigres asiáticos, demonstraram a necessidade de o Brasil direcionar sua política

econômica para o fortalecimento do setor produtivo, em especial a agricultura e a pecuária. Em visita ao ministro da Agricultura, Francisco Turra, o senador afirmou ter constatado que o orçamento dessa pasta é irreal para as necessidades mínimas do desenvolvimento agrícola do país.

— E como se não bastasse o estado de indigência por que passa o setor, o ministério foi contemplado no Orçamento de 1999 com o maior corte de recursos de sua história — observou.

Ao apontar a escassez de recursos, ele perguntou como o país vai plantar, melhorar o rebanho, pesquisar para aumentar a produtividade e aperfeiçoar a genética. Apresentando números do Ministério da Agricultura, Amorim disse que as exportações mundiais de lácteos atingiram, em 1997, um volume total de US\$ 28,41 bilhões, mas a partici-

pação brasileira foi inexistente. "Por outro lado, o que é incompreensível, o Brasil participou com apenas 2,5% das exportações de carne bovina", comentou ele.

O senador também informou que a carne suína, a mais consumida no mundo, representou no ano passado, nas exportações brasileiras, um total de apenas US\$ 140 milhões, menos de 1% do mercado mundial. Ele considerou estranho que, tendo o segundo maior rebanho do mundo, o Brasil nada exporte. Pelo contrário, o país importa milhares de dólares em leite, na visão de Amorim, "porque falta pesquisa, produtividade e competitividade, além de uma agressiva campanha de vacinação para combater a aftosa e a brucelose".



Ernandes Amorim criticou o corte no orçamento do Ministério da Agricultura

# CAE analisa pedidos de crédito de R\$ 702,2 milhões

Também constam da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos projetos de lei que tratam dos benefícios previdenciários devidos aos ex-combatentes e da ampliação da merenda escolar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10 horas, para examinar pauta de dez itens, entre os quais quatro pedidos de operação de crédito, sendo dois do Pará, um do governo de Santa Catarina e outro do município de Teresina (PI). As duas soli-



Amorim: emenda para investir na melhoria da administração tributária

citações do Pará, para contrato de operação de crédito e refinanciamento das dívidas do estado, somam R\$ 371,9 milhões e representam o maior valor entre os pedidos que serão analisados pela comissão.

No caso do Pará, a operação de crédito, no valor de R\$ 97,5 milhões, será utilizada para o saneamento do banco do estado, o Banpará. O outro pedido, no valor de R\$ 274,4 milhões, é para refinarçar a dívida do estado, em operação entre o governo do Pará e a União. Já o governo de Santa Catarina solicitou autorização para contratar crédito de R\$ 311,9 milhões. Esses recursos serão destinados ao saneamento das instituições financeiras do estado.

A solicitação da Prefeitura de Teresina (PI), de R\$ 18,4 milhões, destina-se à contratação de operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para o projeto Vila-Bairro.

O pedido de Teresina já foi exa-

minado anteriormente pela comissão, mas recebeu emenda de plenário do senador Ernandes Amorim (PPB-RO). A emenda dá nova redação ao projeto de resolução aprovado pela CAE e propõe que os recursos sejam também destinados à modernização da administração tributária do município e ao aumento da eficiência da iluminação pública.

Constam ainda da pauta dois requerimentos do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Num deles, o senador solicita ao Banco Central a posição de endividamento da Prefeitura de Guarulhos (SP), com detalhes sobre operações de crédito concedidas ao município, inclusive as relativas à antecipação de receita orçamentária (ARO). No outro, convida o presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), Firmino Ferreira Sampaio Neto, a comparecer à CAE para prestar esclarecimentos sobre a cessão de pessoal e recursos financeiros da empresa ao Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Os senadores vão analisar também projeto de lei dispendo sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social. O parecer do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), é favorável à proposta. Outro projeto da pauta, com parecer favorável do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), amplia os benefícios da merenda escolar e institui o Programa Nacional de Apoio à Infância.

## Comparando orçamentos

Algumas palavras-chave que podem ser usadas na busca de informações sobre o projeto de orçamento para o próximo ano:

- Esfera** • Fiscal, Seguridade Social e estatais
- Órgão** • órgão da administração federal
- Unidade Orçamentária** • as que possuem dotação orçamentária própria.  
Ex.: Fundação Nacional de Saúde, Central de Medicamentos.
- Função** • principais áreas de atuação do governo.  
Ex.: Comunicações, Saúde e Saneamento, Educação e Cultura.
- Programa** • desdobramento de funções
- Subprograma** • desdobramento de programas.  
Ex.: alimentação e nutrição, creches, defesa contra as secas.
- Projeto/Atividade** • desdobramento de subprogramas.  
Ex.: sistema de informática, construção de imóveis.
- Subprojeto/Subatividade** • desdobramento de projetos/atividades.  
Ex.: informatização do Senado Federal, obras complementares na Câmara dos Deputados.
- Fonte** • fontes de receita da União.  
Ex.: recursos ordinários do Tesouro.
- GND** • grupo de natureza de despesa.  
Ex.: pessoal e encargos sociais, investimentos.

Onde achar: <http://www.senado.gov.br/orcamento/default.htm>

## Nova página do Senado permite comparação entre Orçamentos

A página do Senado na Internet disponibilizou um novo serviço, que permite consultar dados do Projeto de Lei do Orçamento para 1999, comparando as alterações entre os dois projetos — antes e depois do ajuste fiscal — enviados pelo Executivo ao Congresso. Pelo aplicativo, o internauta pode filtrar as informações, chegando a um resultado bastante detalhado. É possível, por exemplo, saber quanto determinado projeto receberá de um órgão específico num estado escolhido e quanto receberia de acordo com a primeira proposta orçamentária. Na hipótese de escolha das opções "órgão", "programa", "subprojeto", "unidade da Federação", "Distrito Federal", pode-se ter conhecimento, entre muitos outros dados, de que os recursos

destinados à construção do anexo do Tribunal de Contas da União foram reduzidos de R\$ 1,5 milhão para R\$ 1,2 milhão.

A possibilidade de detalhamento é tão grande que é possível chegar a informações sobre a destinação de verbas a projetos municipais. Por exemplo, Campos, no Rio de Janeiro, receberia, de acordo com o primeiro projeto, R\$ 150 mil para a construção de uma ponte na BR-101. A nova proposta não prevê qualquer dotação para esse fim. Os interessados na pesquisa devem digitar o endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br), clicar em "Orçamento da União" e depois em "Comparativo entre as propostas de Orçamento para 1999".

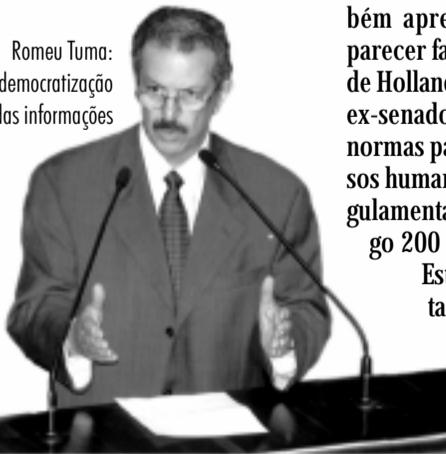
## Comissão de Educação discute criação de homepage do TCU

Parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a projeto de lei da Câmara que cria uma página do Tribunal de Contas da União (TCU) na Internet será apreciado hoje, às 14h30, pela Comissão de Educação. A homepage terá a finalidade de divulgar informações da União, estados, Distrito Federal, municípios, autarquias e outras entidades públicas sobre tributos arrecadados, execução orçamentá-

ria, balanço consolidado das contas, orçamentos do exercício anterior, instrumentos de contrato e seus aditivos e compras feitas pela administração direta ou indireta.

Na opinião de Romeu Tuma, a divulgação de dados relativos às contas públicas por meio da criação da página na Internet contribuirá para a democratização das informações e a fiscalização dos recursos financeiros repassados às diversas unidades de Federa-

Romeu Tuma: democratização das informações



ção, suas autarquias e outras entidades.

A Comissão de Educação tam-

bém apreciará nesta terça-feira parecer favorável do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) a projeto do ex-senador Almir Gabriel que fixa normas para a formação de recursos humanos na área da saúde, regulamentando o inciso III do artigo 200 da Constituição.

Está prevista ainda na pauta da Comissão de Educação a apreciação dos projetos que tratam da renovação da concessão à TV Silvio Santos Ltda. (Rio de Janeiro, RJ), Rádio Sertão Central Ltda. (Senador Pompeu, CE), Rádio Difusora de Rio Negro Ltda.

(Rio Negro, PR) e Rádio Princesa do Sul Ltda. (Goiatuba, GO). A comissão examinará também a renovação das permissões à Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda. (Santana do Livramento, RS) e à Rádio Clube de Conquista Ltda. (Vitória da Conquista, BA).

Outro item que deverá ser apreciado é um requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) visando à instalação de uma subcomissão permanente destinada à pesquisa, estudo e ao monitoramento da programação das emissoras de televisão.

Elói Portela preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que se reúne às 10h



## Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

**0800 612211**

EDUARDO JOSÉ KIODA - JABOTICABAL - SP

*O telespectador Eduardo José Kioda, de Jaboticabal, São Paulo, pede esclarecimentos ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a idéia de obrigar candidatos a comparecerem a debates eleitorais na época de eleições.*

**Eduardo Suplicy:** Apresentei um projeto de lei que obriga os meios de comunicação a realizarem debates entre os candidatos ao Senado, prefeituras e Presidência da República. A proposta também obriga os recerem a estes serem feitos em duas etapas: uma com participação dos candidatos que representam coligações no Congresso Nacional e outra com os demais



De acordo com o projeto, o candidato que deixar de comparecer aos debates, sofrerá as seguintes punições: não poderá participar do horário eleitoral gratuito e terá que pagar uma multa de até 10 mil Ufirs, a ser regulamentada pela Justiça Eleitoral.

NIVAL PINHEIRO - AÇU - RN

*Nival Pinheiro, da cidade de Açú (RN), propôs aos senadores um projeto de lei que legalize o serviço de moto-táxi. Esse projeto já existe e está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O autor da proposta é o senador Ronaldo Cunha Lima, do PMDB da Paraíba.*

**Ronaldo Cunha Lima:** O projeto define a competência dos municípios para instituir, organizar, autorizar e controlar a prestação do serviço de transporte público urbano individual. Assim como as prefeituras têm o controle do serviço de táxi, passarão a ter o controle do serviço de moto-táxi.

Na minha opinião, a medida atende às duas categorias. Hoje, os moto-táxis estão funcionando sem nenhum treinamento, controle, ou lei que regulamente essa atividade, situação que dá margem à concorrência desleal, gerando um prejuízo violento para ambas as classes.

É fundamental que o município passe a ter um instrumento legal que discipline a utilização e o uso do sereste o objetivo do projeto: que o poder concedente exerça o controle, baixando normas para seu funcionamento.



Entre os requisitos exigidos pela proposta estão: a identificação mediante inscrição em placa com pintura metálica, luminosa, que possibilite a visibilidade diurna e noturna; dispositivos metálicos instalados na parte lateral e posterior do veículo para sustentação e apoio do passageiro; isolamento térmico no cano de escape; capacete de segurança dotado de forração interna descartável; e, obviamente, o licenciamento do município onde o serviço será prestado.

O projeto de minha autoria recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Depois de aprovado pela comissão, ele será apreciado pelo plenário da Casa.

# Comissões definem emendas ao Orçamento

Senadores vão discutir propostas coletivas de alteração do projeto de lei orçamentária para as áreas social e de infra-estrutura

Sob a presidência do senador Elói Portela (PPB-PI), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reúne-se hoje, às 10h, para discutir as emendas coletivas ao Orçamento da União para 1999. Os senadores poderão apresentar as suas propostas até o momento da reunião. A quantidade de emendas, o

valor de cada proposta e o total de gastos previstos serão definidos durante a reunião, por acordo de lideranças.

O número mínimo para a apresentação de emenda é de 12 senadores, que decidirão em votações nominais. Uma vez aprovadas, as emendas seguem para a Comissão

de Orçamento.

Também nesta terça-feira, às 17h, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), realiza reunião extraordinária para apresentação e deliberação de suas emendas ao Orçamento da União para o ano que vem.

## Paiva presta esclarecimentos sobre mudanças

O ministro do Planejamento, Paulo Paiva, presta esclarecimentos a parlamentares hoje, às 14h30, sobre as mudanças incluídas na pro-

posta orçamentária do governo para o próximo ano.

A audiência com o ministro será realizada na Comissão Mista de

Orçamento, presidida pelo deputado Lael Varella (PFL-MG), no Plenário 2, Anexo II, da Câmara dos Deputados.

## Senadores retomam hoje debate sobre as causas do desemprego

A comissão especial destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no país agendou reunião de trabalho para hoje, às 17h, no Senado, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa. Instalada no início de agosto deste ano, a comissão foi criada a partir de requerimento elaborado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e tem como presidente o senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Dados da OIT, segundo Simon, dão conta de que existe 1 bilhão de

peças desempregadas ou ocupando subempregos em todo o mundo. No Brasil, a taxa já supera os 15%, de acordo com estudos do Dieese/Seade, também citados pelo senador. A comissão estuda essas informações e considera ainda outros fatores, como o desemprego da mulher e a situação do trabalho no mercado informal e elabora propostas com soluções para o problema.



Pedro Simon foi o autor do requerimento que deu origem à comissão especial do desemprego

## CRE aprecia autorização para missão militar Equador/Peru

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), tem reunião marcada para hoje, às 17h30, para apreciação de uma extensa pauta, contendo indicações de diplomatas para cargos de embaixador e acordos de cooperação entre o Brasil e outros países. A autorização para o envio de tropas armadas e equipamentos para apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (Momep), é um dos acordos a serem discutidos pelos senadores. A matéria tem



Maldaner é o relator do pedido de autorização para apoio à missão militar Equador/Peru

como relator o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Os membros da CRE apreciarão mensagens do Executivo indicando os nomes dos diplomatas Sebastião do Rego Barros Neto, para exercer o cargo de embaixador na Argentina; Sérgio Queiroz Duarte, para ser o titular da embaixada do Brasil, cumulativamente, junto a Áustria e a Eslovênia; e Affonso Celso Ouro-Preto, para, também cumulativamente, ser o embaixador brasileiro na China e na Mongólia. Na CRE, os pareceres dos senadores sobre as indicações são apreciados em reunião secreta.

# Alcântara lamenta contrastes do Brasil

Ao mencionar a grande diferença entre ricos e pobres, apontada por estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, senador pede mais atenção à educação

O informe anual sobre o Progresso Econômico e Social, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), enfocando a péssima distribuição de renda na América Latina e, em especial, no Brasil, foi destacado ontem, em plenário, pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O parlamentar ressaltou a importância conferida pelo documento à relação da melhoria de renda com maior escolaridade.

Para o senador, o mais grave é que o relatório aponta a América Latina como a região campeã de concentração de renda, e dentro dela o Brasil aparece como o país onde há as maiores desigualdades. De acordo com os dados divulgados, os 10% dos brasileiros mais pobres detêm 0,8% da renda nacional. Já os 10% mais ricos abocanham 47% de to-



Alcântara considera grave que país seja campeão de desigualdade

das as riquezas.

Alcântara assinalou que esses mesmos 10% mais pobres perderam 15% de sua já escassa participação na renda nacional entre 1990 e 1995. Outro dado que chamou sua atenção foi que os 5% mais ricos na América Latina recebem hoje 25% de toda a renda produzida. Na Ásia, a parte que

cabe a essa minoria privilegiada não ultrapassa a 16%, caindo ainda mais nos países industrializados, onde os 5% mais abastados ficam com 13% da renda nacional.

Citando reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil* sobre o assunto, o senador relatou trecho do documento segundo o qual se abre, para a América Latina, "uma janela de oportunidades": enquanto a taxa de natalidade está caindo, a proporção de pessoas em idade de trabalhar cresce mais rapidamente do que o número de crianças. Do mesmo modo, um menor crescimento demográfico gera um incremento do número de mulheres no mercado de trabalho. Com um número menor de estudantes por trabalhador, será mais fácil financiar um sistema melhor de educação.

É no setor educacional que se situam as piores críticas do relatório à situação da América Latina. Segundo o documento, é a péssima distribuição no nível e na qualidade de educação entre os que ganham mais e os que ganham menos que explica as abissais diferenças salariais entre trabalhadores. O relatório exemplifica que um trabalhador com seis anos de estudo ganha, em seu primeiro emprego, 50% a mais do que um que nunca estudou. Essa diferença ascende a 120% quando o trabalhador atinge 12 anos de educação e pode ultrapassar a 200%, quando há mais de 17 anos de estudo.

— Temos de louvar as muitas iniciativas do governo, principalmente quanto à educação fundamental, mas ainda há muito a se fazer nesta área — resumiu.



Carlos Patrocínio lembra que o estado recém-criado é pobre e deveria ter dotações protegidas

## Patrocínio critica corte de verbas para Tocantins

"Na segunda proposta de orçamento para 1999 que o governo enviou ao Congresso, Tocantins perdeu 26% das verbas que deveria receber de acordo com a proposta inicial", afirmou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Para ele, este tipo de corte não se justifica no caso de um estado pobre, recém-criado, que deveria receber o mesmo tratamento que obtiveram Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, quando o estado original foi cindido.

Para Patrocínio, os cortes orçamentários se deram em setores essenciais como atendimento a crianças carentes e educação. "Tocantins é o único estado da Federação que não possui uma universidade federal. Até mesmo a Unitins, que é uma fundação, não recebeu um centavo para 1999, quando o orçamento original lhe destinava R\$ 3,2 milhões. Ao todo, Tocantins perdeu cerca de R\$ 38 milhões", enfatizou.

Patrocínio disse compartilhar da tristeza que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, demonstrou com os cortes orçamentários feitos em estados pobres do Norte e Nordeste. "Quero fazer coro com os parlamentares que estão programando apresentar emendas para minorar este problema. Os cortes substanciais deveriam ter sido feitos nos estados do Sul e Sudeste porque sempre recebem mais verbas", afirmou.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que o "descaso" do governo com os estados pequenos deveria ser combatido com a união de suas bancadas no Congresso. "Mas, o que se vê é a desunião total, que termina prejudicando as populações de nossos estados. No Senado, alguns senadores são valorizados, conseguem tudo o que querem. Outros ficam à míngua", concluiu.

## Hollanda pede controle de acidentes de trabalho

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) fez ontem um apelo para que o Ministério do Trabalho intensifique a fiscalização das condições de trabalho em todo o país. O parlamentar pediu especial rigor com as classes, grupos e atividades econômicas que têm apresentado um maior número de acidentes de trabalho incapacitantes e fatais.

Para o senador, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso está "consciente da gravidade do problema e resolvido a enfrentá-lo com determinação". Em outubro de 1996, promoveu a Campanha



Joel de Hollanda quer maior fiscalização

de acidentes laborais. O senador advertiu, porém, que esses números podem ser apenas parciais.

— Há denúncias de que somente os acidentes graves ou fatais têm sido comunicados e de que milhares de pequenos acidentes passam despercebidos, ficando de fora das estatísticas apresentadas pelas autoridades competentes — afirmou.

Para Joel de Hollanda, essa subnotificação faz com que as campanhas desenvolvidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST) do Ministério do Trabalho sejam montadas a partir de

dados que não refletem o número real de acidentes ocorridos no país. Segundo o senador, o próprio titular da secretaria, Zuher Handar, reconhece que grande parte dos acidentes não são comunicados, mas considera que, mesmo assim, as campanhas são válidas.

Hollanda explicou que um dos maiores problemas é que o contingente de médicos do trabalho e engenheiros de segurança é altamente insuficiente e defasado, estando impedido de atender a toda a demanda de fiscalização do trabalho. Ao mesmo tempo, não há punição para os empregadores que não fazem a devida comunicação.

## Saad anuncia protesto de produtores leiteiros

Nesta segunda quinzena de novembro a Esplanada dos Ministérios deverá ser palco de um protesto contra a política de importação de produtos lácteos, registrou ontem o senador José Saad (PMDB-GO). Os organizadores do protesto pretendem reunir 10 mil produtores. O número de vacas leiteiras que os acompanharão ainda não foi estimado.

Todos os produtores agrícolas, para o senador, sofrem "o equívoco da política de comércio exterior e a avalanche das importações a preços subsidiados em seus países de origem, sem haver qualquer compensação a quem produz e gera empregos aqui. Isso tudo aliado a juros escorchantes, prazos curtos de financiamento e câmbio valorizado, condições que geram custos insuportáveis para o agropecuarista brasileiro".

José Saad considerou que "com um pouco mais de boa vontade por parte do governo federal" o Brasil seria auto-suficiente na produção de leite, deixando de gastar quase meio bilhão de reais em importações. O senador defendeu o aumento da alíquota de importação do leite *in natura* de todos os seus derivados para 35%; rigorosa inspeção fitossanitária; estabelecimento de cotas para importação; e negociação com a Argentina para impedir a atual triangulação comercial pratica-



José Saad acusa Argentina de triangulação

da por esse país.

De janeiro a agosto de 1998, o Brasil importou US\$ 367 milhões em produtos lácteos, um aumento de cerca de 20% em relação ao mesmo período de 1997, afirmou o senador. Conforme o Censo Agropecuario, acrescentou, houve aumento contínuo dos níveis de produtividade no setor, mas sem que isso garantisse maior competitividade ao produtor nacional.

Na opinião de Saad, isso decorre das más condições macroeconômicas do país e de dois outros fatores. Um deles é o subsídio garantido aos produtores leiteiros, como todos os outros produtores de bens primários, como na Europa e na Austrália, os maiores competidores do Brasil fora do Mercosul.

Outro fator estaria, segundo o senador, nas importações da Argentina: "De acordo com indícios concretos, tem comprado o leite em pó mais barato de terceiros países para reexportá-lo ao Brasil com alíquota zero". Entre esses indícios, Saad referiu-se a um aumento da ordem de 49% na exportação de leite em pó argentino para o Brasil no primeiro semestre deste ano, "comparado com um aumento de menos de 1% na produção de leite em pó argentino".

## TV Senado debate isenção da imprensa

Quatro colunistas foram convidadas pela TV Senado para debater um tema polêmico: a imparcialidade da imprensa. O debate vai ao ar hoje, às 13h30 e às 21h15, tendo como mediador o jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, e como convidadas Dora Kramer (*Jornal do Brasil*), Eliane Cantanhêde (*Folha de S. Paulo*), Cristiana Lôbo (*Jornal de Brasília*) e Tereza Cruvinel (*O Globo*).

Elas chegaram a algumas conclusões, entre elas a de que o Congresso é, dentre os três Poderes da República, o maior alvo das críticas da imprensa. De um certo modo, reconheceram, a atitude é um desserviço à democracia, uma vez que desestimula o eleitor a votar e a acompanhar o trabalho legislativo.

## Lobão fala sobre projeto hoje na TV

O salário e as contribuições sociais pagos aos empregados domésticos poderão ser descontados do imposto de renda dos empregadores, caso seja aprovado projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA). Em entrevista à TV Senado, o senador informou que, dos quatro milhões de trabalhadores domésticos do país, três milhões não são registrados.

Segundo Lobão, o projeto visa regularizar a situação desses empregados, garantindo a eles os benefícios do Sistema Único de Saúde. Pretende, também, ampliar o recolhimento da Previdência e aliviar o imposto de renda pago pela classe média. O programa vai ao ar hoje às 9h30 e às 20h30. Lobão informou, ainda, que a proposta está para ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em caráter terminativo.

# Requião quer autorização de FHC para OAB investigar

Senador recomenda a presidente que aceite sugestão de jornalista, pela qual advogados iriam às Ilhas Cayman verificar suposta conta bancária

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apoiou sugestão do jornalista Janio de Freitas, publicada na edição de ontem da *Folha de S. Paulo*, para que o presidente da República forneça uma procuração plena para verificação do que insinuam os papéis que indicariam ser Fernando Henrique Cardoso, assim como Mário Covas (governador de São Paulo), José Serra (ministro da Saúde) e Sérgio Motta, morto em abril, sócios de uma empresa e de uma conta bancária nas Ilhas Cayman.

Requião leu na íntegra o texto de Janio de Freitas e associou-se à idéia de que o presidente da República, em comum acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil, poderia, por exemplo, escolher um advogado de reconhecida idoneidade para verificar no Caribe o que sugerem os papéis que incriminam o governo. Para o senador, essa seria uma forma de o governo "restabelecer a tranquilidade por intermédio da obtenção rápida da verdade a respeito das contas supostamente existentes".

— Ao invés de declarações pré-programadas e de uma irritação superficial, caberia ao presidente da República aceitar a sugestão do jornalista Janio de Freitas e imediatamente procurar o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, pedindo a nomeação de um advogado que, junto com outro de sua indicação, receberia a procuração — observou.

### SOBRAS DE CAMPANHA

Referindo-se ao fato de que no Brasil não existe o financiamento público de campanhas eleitorais, Requião disse



Requião quer saber se houve sobra de recursos na campanha presidencial

considerar apenas duas hipóteses quando se encerra uma disputa dessas: "Ou faltou dinheiro ou sobraram recursos". Ele informou que a maioria das pessoas que fazem doações para candidatos não exige recibo nem condiciona sua doação ao fornecimento de um recibo.

— Se houve sobra de recursos, em qualquer campanha, incluindo a campanha passada do presidente, seguramente os recursos que sobraram não foram costurados num travesseiro ou num colchão. Eles, de alguma forma, se sobraram, foram aplicados provavelmente com a decisão ética — e não legal — de serem utilizados numa próxima campanha eleitoral. Se não faltou, so-

brou, e se sobrou, onde está? — questionou o parlamentar.

### RESERVAS CAMBIAIS

Requião também comentou as referências de Janio de Freitas à aplicação, no mercado financeiro, dos dólares que compõem a reserva cambial brasileira. "Tomamos recursos para reservas cambiais pagando o teto de 42,5%. Mas o Banco Central aplica essas reservas lá fora por valores em torno de 5% a 6%", disse Requião. Para ele, está evidente que esses recursos, aplicados com essas taxas, podem estar retornando ao Brasil para suplementar nossa necessidade de reservas cambiais e sendo remunerados a 42,5%. Isso resulta num lucro líquido de 36,5% ao ano para aqueles bancos, considerando-se que o Brasil aplica os recursos a 6%.

O senador afirmou que o Banco Central não disponibiliza informações sobre as comissões pagas por essas aplicações e sobre a escolha dos bancos e corretoras internacionais que operam essas divisas. "Não consta que haja concorrência para a escolha desses operadores privilegiados. Como é feita, então, a escolha? Mais importante ainda, quem participa dessa escolha tão valiosa? Ou, mais claramente, quem a negocia?", indagou o senador. Ele sustenta que o Senado não dispõe dessas informações.

Requião também disse que já solicitou diversas vezes esses dados ao Banco Central, mas a resposta "é sempre tortuosa e, quando explicitamente requerida, é frustrada por essa conversa mole de sigilo bancário".

## Elcio: presidente não tem nada a temer

Em resposta ao senador Roberto Requião (PMDB-PR), o líder do governo no Senado, senador Elcio Alves (PFL-ES), disse ontem que é preciso examinar os fatos com serenidade e manter a discussão no clima da racionalidade, e não no das paixões políticas ou de modo simplista. "O presidente Fernando Henrique Cardoso não tem nada a temer. A reação que ele teve foi a reação de um homem de bem, de um homem que trabalha pelo país. Isso atingiria qualquer um de nós, senadores da República, deputados federais, enfim, homens públicos que trabalham em favor do país", afirmou Elcio Alves.

Para o líder, o presidente tomou atitudes compatíveis com o cargo. Ele observou que as investigações estão sob a responsabilidade da Polícia Federal e do Ministério Público. "Querer subverter todo esse processo é negar a realidade daqueles que querem a verdade, e o presidente da República está nesse rol", disse o senador. Elcio Alves pediu a Requião que confie no Ministério Público, "que tem a responsabilidade ab-



Elcio defendeu FHC. "O presidente tomou atitudes compatíveis com o cargo"

soluta de investigar o caso", e afirmou que Fernando Henrique Cardoso, pela sua história de vida pública, merece o respeito do país e principalmente do Congresso Nacional.

— Os que começaram a toada inicial perceberam há pouco que tentar atingir o presidente Fernando Henrique, o governador Mário Covas e o ministro da Saúde, José Serra, é atentar contra o

patrimônio moral de homens que têm uma vida inteira dedicada ao país.

Elcio Alves destacou que o presidente Fernando Henrique "reagiu com energia e indignação, porque é incrível imaginar que um homem que tem história pudesse ser envolvido por documentos que, como já se constatou de maneira clara, foram falsificados e montados, tendo os primeiros peritos já se pronunciado nessa linha de raciocínio".

### RECOMENDAÇÃO

Requião lembrou que, quando relatou a CPI dos Precatórios, também foi alvo de uma denúncia parecida. A revista *IstoÉ* publicou denúncia de que o senador fazia depósitos vultosos numa conta bancária no exterior. "Fiz o que estou recomendando ao presidente. Imediatamente coloquei uma procuração à disposição de quem desejasse investigar a origem dessa fantástica riqueza, surgida da noite para o dia em documentos falsos. Creio que ninguém no Brasil acreditou no depósito porque até hoje não me foi solicitada a procuração que ofereci", explicou o senador.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

- 7h - *Saúde Toda Dia* - Atividade: Tênis
- 7h30 - *Especial Unip* - Assunto: Botânica (2ª parte)
- 7h55 - Senado em Pauta
- 8h - *Saúde Toda Dia* - Atividade: Judô
- 8h25 - Nossa Programação
- 8h30 - Jornal do Senado
- 8h55 - Senado em Pauta
- 9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, o Espírito Santo
- 9h30 - *Entrevista* - O senador Edison Lobão fala sobre os incentivos fiscais para o trabalho
- 9h55 - Senado em Pauta
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
- 12h30 - *Entrevista* - Senador Edison Lobão
- 12h55 - Senado em Pauta
- 13h - *Cores do Brasil* - As belezas da Bahia
- 13h30 - *Entrevista/Especial* - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista as jornalistas Tereza Cruvinel, Cristiana Lôbo, Eliane Cantanhêde e Dora Kramer sobre a isenção da imprensa
- 14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
- 18h30 - *República* - 2º capítulo (reapresentação)
- 19h30 - *Palestra* - Reforma Constitucional e Administrativa
- 20h30 - *Entrevista* - Senador Edison Lobão

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

- 21h - Jornal do Senado
  - 21h15 - *Entrevista/Especial* - Fernando Cesar Mesquita e as jornalistas Tereza Cruvinel, Cristiana Lôbo, Eliane Cantanhêde e Dora Kramer
  - 22h15 - Senado em Pauta
  - 22h20 - Sessão Plenária (reapresentação)
- 
- 8h - Agenda Senado
  - Em seguida - Música e informação
  - 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
  - Em seguida - Música e informação
  - 14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
  - Em seguida - Música e informação
  - 19h - "A Voz do Brasil"
  - Em seguida - Música e informação
  - 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste". Em seguida - Música e informação
  - 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
  - Em seguida - Música e informação
  - 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
  - Em seguida - Música e informação
  - 0h - Reprise da Sessão Plenária

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Josaphat: Senado deve ser ouvido sobre acordo com FMI

Senador estranha declarações do ministro da Fazenda e lembra que Constituição inclui entre as atribuições exclusivas da Casa o exame de operações externas de natureza financeira de interesse da União

Invocando o artigo 52, inciso V, da Constituição, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) indagou ontem por que o Senado não foi ouvido para autorizar a operação de crédito de US\$ 41 bilhões que o Brasil conseguiu do FMI e outros organismos internacionais. O parlamentar estranhou declarações do ministro da Fazenda, Pedro Malan, de que o Senado só precisará se manifestar se houver um segundo empréstimo, do Banco de Compensações Internacionais.

De antemão, Josaphat Marinho ponderou sobre a impropriedade de o governo solicitar urgência do Legislativo na aprovação do programa de ajuste fiscal, se o próprio presidente da República não considerou urgente enviar as medidas para o Congresso. Lembrou que houve oportunidades de esse programa chegar ao Parlamento antes do primeiro e do segundo turno das eleições, e comentou: "Essas circunstâncias mostraram que não há ur-

gência".

O senador ressaltou que a Constituição fixa entre as atribuições de competência exclusiva do Senado "autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, estados, Distrito Federal, territórios e municípios". Josaphat Marinho sustentou que não existe "operação externa de natureza financeira mais qualificada do que a que acaba de ser realizada entre o Brasil, o FMI e outros organismos internacionais". O senador explicou que a Constituição não discrimina entre primeiro e segundo empréstimo. Para ele, tudo indica que, na visão do Executivo, as normas procedimentais do FMI superpõem-se à Constituição.

Josaphat estranhou que o ministro da Fazenda tenha declarado ao *Jornal do Brasil* que o Senado só será comunicado informalmente dessa negociação e que a equipe econômica entende não haver necessidade de autorização dos parla-

mentares para o fechamento do acordo, por ser o Brasil membro do FMI. Conforme o parlamentar, o ministro também teria dito que o Senado tomará conhecimento da obtenção do empréstimo mediante informação do governo à Comissão de Assuntos Econômicos.

Na análise do senador, o ministro da Fazenda entende que não é necessário fazer nem uma comunicação formal ao presidente do Senado, devendo isso ocorrer apenas no caso de o Brasil precisar de mais um empréstimo, junto ao Banco de Compensações Internacionais. Argumentando que esse é um assunto que pode ter graves repercussões de natureza constitucional no futuro, Josaphat Marinho pediu que os senadores ponderem sobre o que está acontecendo. "Para que não digam amanhã que tudo ocorreu com silêncio, o qual pode ser interpretado como aquiescência do Senado", observou ainda o senador.



Josaphat teme que decisão do governo tenha graves repercussões no futuro

## Cortes no Calha Norte ameaçam soberania nacional, alerta Cabral

As recentes operações militares colombianas realizadas em território brasileiro devem servir de alerta para os riscos envolvidos na "cruel e im-

milhões no mesmo período.

– Alerta para as ameaças à soberania nacional em virtude da falta de visão dos nossos tecnoburocratas – insistiu.

Criado em 1985, no governo José Sarney, e gerido atualmente pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o Calha Norte foi contemplado com R\$ 14,120 milhões em 1986, valor acrescido nos anos posteriores até o máximo já destinado num ano ao projeto, em 1989, quando o Calha Norte dispôs de R\$ 47,311 milhões, afirmou. "O aporte financeiro foi decrescendo e, a partir de 1991, com R\$ 9,622 milhões, a queda se acentuou, chegando a pouco mais de R\$ 6 milhões em 1994. Atualmente, nem alcança esse patamar, reduzido à quantia modesta de R\$ 4 milhões", acrescentou.

No Orçamento para 1999, cuja tramitação legislativa foi iniciada no

último dia 9, não está previsto um real sequer para o projeto, observou Cabral.

Na opinião do senador, o Calha Norte, "destinado ao desenvolvimento e proteção de nossa Amazônia, foi estigmatizado, sendo identificado como militarista", propaganda adversa que levou à progressiva redução dos recursos nele alocados. Nos 13 anos de existência do projeto, foram gastos cerca de R\$ 155 milhões, quantia que o senador considera muito aquém da necessária ao cumprimento dos objetivos de assistência às comunidades indígenas, implantação de pequenas centrais hidrelétricas, centros de telecomunicações, de vigilância terrestre e aérea e de infra-estrutura viária.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) lamentou que um projeto de sua autoria criando agrovilas ao longo da região fronteira da Amazônia tenha recebido parecer contrário do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A proposta previa também a construção de quartéis da Polícia Federal em toda a faixa de fronteira e a implantação de assentamentos de agricultores sem terra, disse Amorim.



Cabral afirma que Venezuela gasta mais com ocupação da fronteira

placável" redução de recursos orçamentários destinados ao Projeto Calha Norte, disse ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). No ano passado, comparou, a Venezuela gastou cerca de US\$ 500 milhões em programas de defesa e ocupação de suas fronteiras, enquanto o Brasil, com uma faixa fronteira muito mais extensa, destinou apenas R\$ 4,063

## Nabor diz que imposto sobre gasolina prejudica regiões mais distantes

"Há uma maldade embutida na proposta de aumento dos preços da gasolina: dizem que atingirá somente quem possui automóvel, mas na verdade suas conseqüências maiores se abaterão sobre os pobres e esquecidos das regiões distantes", afirmou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). O senador explicou que os pobres serão onerados em função de preços majorados de mercadorias, serviços e trabalhos ligados ao consumo do produto.

Nabor demonstra surpresa com a proposta de alguns de trocar o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pelo imposto sobre gasolina. "É certo que a CPMF tem sérios defeitos, mas essa outra alternativa é a pior possível e suas desvantagens se agigantam ao ser comparada com a que pretende substituir."

A CPMF, argumentou o senador, "é universal, sendo a única forma de extrair algum tributo dos sonegadores, especuladores, marginais da economia em todos os matizes. Atinge os que fazem

movimentação corrente de cheques e outros instrumentos bancários, numericamente muito poucos, em termos de cidadania. Pobre não usa cheque porque os bancos fecharam suas portas aos que não dispõem de renda mínima compatível com a avidez de lucros do sistema financeiro".

Nabor reconhece não ser a CPMF apenas um tributo sobre a economia marginal. "Mas há mecanismos voltados para a proteção dos trabalhadores mais pobres como isenção para quem ganha R\$ 200 mensais e para os aplicadores na poupança popular. No caso do imposto sobre petróleo, o cidadão ribeirinho, o caboclo do agreste, o pequeno lavrador das roças precárias pagarão o preço de sua insistência em trabalhar." Para ele, o imposto sobre a gasolina será mais um golpe que se articula contra o cidadão comum, a classe média, que já está "pagando a maior parte do pacote, batizado de programa. É hora de mudar essa triste tradição. É hora de olharmos com respeito a classe média, o assalariado, sob pena de agravar a sobrevivência de quem procura construir uma nação próspera e marcada pela justiça social."



Para Nabor, CPMF é a única arma para obrigar sonegador a pagar imposto